

# Conhecimentos e saberes no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, MG: a realidade da comunidade do Mogol e os desafios para uma nova política de gestão territorial

Altair Sancho Pivoto dos Santos  
Professor Assistente do Departamento de Geografia do IGC/  
UFMG

Fabiana Andrade Bernardes Almeida  
Professora Assistente do Departamento de Geografia do IGC/  
UFMG

Eduardo de Ávila Coelho  
Pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável  
Mamirauá - Brasil

Maria de Fátima Ávila Pires  
Pesquisadora III da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
- Brasil

## Resumo

Diante dos inúmeros problemas ambientais vivenciados pelas sociedades nas últimas décadas, a criação de unidades de conservação (UC's) passou a representar a principal estratégia de proteção da natureza no Brasil. No caso específico dos Parques, foco deste estudo, apesar de sua relevância ecológico-social, a implantação e gestão dessa categoria de UC nem sempre incorpora uma perspectiva capaz de conciliar conservação de recursos naturais e manutenção de atividades de manejo realizadas por comunidades residentes no seu interior ou no seu entorno, fazendo emergir conflitos e disputas territoriais com grande repercussão sobre a biodiversidade e sobre os modos de vida das comunidades. Norteados por essas reflexões, este trabalho se propõe a investigar a realidade na qual estão inseridos os agricultores familiares do entorno do Parque Estadual de Ibitipoca (PEIB), com olhar específico para a comunidade de Mogol, procurando-se compreender a influência/relação do PEIB nos modos de vida de seus moradores e refletir sobre limites e possibilidades da estruturação e incremento de atividades agrícolas e não-agrícolas capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. Os procedimentos metodológicos envolveram a realização de levantamento bibliográfico e documental e entrevistas com agricultores familiares e gestores públicos municipais e institucionais de interesse. Com a realização desse estudo, foi possível reconhecer as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos agricultores familiares da comunidade do Mogol, associadas principalmente à decadência de práticas agrícolas tradicionais, ineficiência de políticas sociais e rurais e forte especulação imobiliária decorrente da criação do PEIB, cenário que representa um desafio às iniciativas de gestão desse território.

**Palavras-chave:** Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB); território; conhecimentos; saberes e comunidade de Mogol

## Abstract:

*Faced with numerous environmental problems experienced by societies in recent decades, the creation of conservation units (CUs) now represents the main strategy for nature protection in Brazil. In the specific case of the Parks, the focus of this study, despite its ecological and social importance, implementation and management of this category of UC incorporates a perspective not always able to reconcile the conservation of natural resources with maintenance management activities performed by residents that live inside or in the vicinity of these areas, giving rise to conflicts and territorial disputes with major impact on biodiversity and the livelihoods of communities. It is clear, in this sense, an overlay of unifunctional logic of state protection on the worldviews of these communities and a gap between the technical-scientific knowledge and popular/traditional knowledges. Guided by these considerations, this paper aims to investigate the reality in which they live families farmers around the Ibitipoca's Park State (PEIB), with specific look to the community of Mogol, seeking to understand the PEIB's influence/relationship in the ways of life of these residents and reflect about the limits and possibilities of structuring and growth of agriculture and non-agriculture can contribute to improving the quality of life of this community. The methodological procedures involved the bibliographic and documentary research and interviews with farmers and municipal administrators and institutional actors. With the completion of this study, it was possible to recognize the socioeconomic difficulties faced by farmers in the community of Mogol, associated mainly to the decline of traditional agricultural practices, inefficiency of social and rural policies and strong land speculation arising from the creation of PEIB, which represents a challenge to initiatives of territory management.*

**Key words:** Ibitipoca Park State; territory; popular/traditional knowledges; Mogol community

Recebido 10/2012

Aprovado 11/2012

altairsancho@hotmail.com

fabianabernardes@hotmail.com

dusbao@hotmail.com

fatinha@cnpqgl.embrapa.br

## Introdução

As questões ambientais estão se tornando mais evidentes a cada dia. Castro (2000, p. 178) descreve que “o avanço da economia mundial fez-se à base da exploração de recursos naturais e pela busca incessante de novas tecnologias para apropriação da natureza”. No contexto brasileiro, a expansão das fronteiras agrícolas e extrativistas está pautada em um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais que gera enormes custos ambientais e sociais. Em decorrência desse cenário, emergem discussões sobre quais estratégias seriam capazes de minimizar os problemas ambientais ocasionados pelo modo de vida das sociedades modernas. Entre essas estratégias, a criação de áreas naturais protegidas tem sido mundialmente reconhecida como uma alternativa para se promover a proteção da diversidade biológica.

No Brasil, a principal iniciativa nesse sentido está fundamentada na criação de unidades de conservação (UC's), processo normatizado pelo Estado através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000). O SNUC pressupõe a delimitação territorial de porções do espaço de grande relevância em termos de biodiversidade e estabelece regulamentações de uso e gestão, considerando-se os diferentes níveis de proteção e formas de manejo. Todavia, a implantação dessas unidades nem sempre é feita de forma harmoniosa, principalmente as unidades de conservação criadas com base na lógica da proteção integral, como os parques, foco desta pesquisa, que não consideram a existência de populações em seu interior, tornando-se lócus preferencial de tensões e conflitos. Apesar dessa perspectiva que caracteriza os parques como “ilha de conservação” (DIEGUES, 2004), é preciso reconhecer que as atividades exercidas nas áreas de seu entorno influenciam direta ou indiretamente a conservação ambiental e o equilíbrio ecológico de seus territórios, questão que aponta para a importância de se considerar as comunidades residentes no seu entorno em iniciativas de gestão e planejamento, uma vez que a biodiversidade natural está estritamente relacionada à biodiversidade cultural.

No entorno de unidades de conservação, frequentemente, habitam grupos sociais diversos, como populações tradicionais, latifundiários, populações ribeirinhas, agricultores familiares, entre outros. No caso específico de comunidades de agricultores familiares, foco deste estudo, verifica-se inúmeras dificuldades de sobrevivência e manutenção no campo, em virtude de vulnerabilidades às oscilações de mercado, alterações climáticas, ausência ou pequeno alcance de políticas rurais e infraestruturas insuficientes. Tal cenário, muitas vezes, é intensificado pela criação de unidades de proteção integral, como os parques, que impõem restrições ao manejo da terra, ao mesmo tempo em que consideram tais comunidades do entorno como potenciais causadoras de danos ao meio ambiente. Somadas a isso, novas atividades econômicas, como o turismo, passam a ser reconhecidas pelas políticas públicas de Meio Ambiente e de Turismo, por gestores de UC's e também por pesquisadores que se dedicam a essa temática de estudo, como caminho alternativo para se pensar a geração de benefícios socioeconômicos para as populações residentes no entorno de parques, aspecto que complexifica a gestão desses territórios.

Diante desse cenário, este trabalho se propôs a investigar a realidade na qual estão inseridos os agricultores familiares do entorno do Parque Estadual de Ibitipoca (PEIb), com olhar específico

para a comunidade de Mogol, com vistas a compreender a influência/relação do PEIB nos modos de vida de seus moradores e refletir sobre alternativas de desenvolvimento capazes de estabelecer estratégias adequadas para o uso da terra, a partir da conciliação de objetivos conservacionistas e socioeconômicos e da integração de conhecimento técnico-científicos e saberes locais, de maneira a se pensar em uma nova política de intervenção territorial, ancorada na valorização e manutenção dos modos de vida e melhores condições de reprodução material e simbólica.

Os procedimentos metodológicos envolveram; *i.* pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados a território, unidades de conservação, conhecimento científico e tradicional; pluriatividade *ii.* pesquisa documental, com o intuito de levantar informações e dados cartográficos, sociais, econômicos, culturais e turísticos da área de estudo; *iii.* levantamento sobre o potencial paisagístico, no que se refere aos aspectos físicos, para a produção de mapas temáticos; *iv.* pesquisa de campo, abrangendo observação livre, registros iconográficos, sobretudo fotografias; aplicação de questionários com os agricultores familiares selecionados pelo projeto *Saberes* (EMBRAPA Gado de Leite/Juiz de Fora) e realização de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos municipais e institucionais de interesse (Emater, IEF/MG).

### **Parques Nacionais: lócus de poder, conflitos territoriais e identidades**

Segundo o Art. 11 do SNUC (2000), um Parque Nacional tem como objetivo básico a conservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividade de educação e interpretação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de turismo ecológico. Tal concepção de proteção da natureza foi influenciada pela visão norte-americana, que considera os parques áreas remanescentes da “vida selvagem” que precisam ser protegidas do avanço da civilização urbano-industrial. Essa perspectiva privilegia populações externas à área e acaba ignorando, no âmbito de seus objetivos, a proteção da diversidade cultural de grupos sociais locais (DIEGUES, 2004). Como resultado dessa “nova” lógica de organização socioespacial, ocorre a desterritorialização de populações residentes nos territórios dos parques e a imposição de restrições de manejo em sua zona de amortecimento, fazendo emergir inúmeros *conflitos e disputas territoriais* (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Como consequência, novas relações de poder passam a permear/constituir esses territórios, “num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle *do e no* espaço geográfico, de indivíduos, no processo de apropriação e domínio social, cotidianamente” (SAQUET, 2007, p.129).

As relações de poder constituem, nessa direção, um elemento central na efetivação de um território, uma vez que “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1980, p.53), determinando a conformação do território e de territorialidades. Haesbaert (2004, p.79) define território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. O território é interpretado, deste modo, como o espaço mediado por relações de poder que, segundo Lefebvre (1986), envolvem relações de *dominação* (“possessão”, “propriedade”), implicando numa lógica mais concreta,

funcional, e de *apropriação*, referenciando o caráter simbólico, das experiências vividas. Mas, Haesbaert enfatiza que, para se investigar o território, é preciso considerar que tanto os aspectos funcionais quanto os simbólicos “nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça” (HAESBAERT, 2007, p.23). Assim, tanto as relações “funcionais” como as “simbólico-identitárias” se fundem dentro de um *continuum* (HAESBAERT, 2004), que é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia os processos de territorialização dos diferentes atores sociais. Saquet (2007) também reforça que o espaço e o território estão ligados, são indissociáveis e, que as relações de poder, numa perspectiva de multiplicidade, constituem a base de conformação do território.

Foucault (1979) interpreta o poder como uma rede de relações variáveis e multiformes; ele é exercido e se constitui na relação, historicamente, e a multiplicidade de relações de forças é inerente ao campo no qual se exercitam. Há um jogo que, através de lutas incessantes, transforma-o, reforça-o, inverte-o, com o apoio que estas relações de forças encontram umas nas outras. Isso quer dizer que “o poder significa relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, universidades, igreja, o lugar de trabalho” (SAQUET 2007, p.32). Assim, o poder possui um caráter relacional, envolvendo sempre relações que são desiguais e, que por isso, denotam resistência, resistência daqueles que se encontram em posições desfavoráveis, “*subalternizadas*” (HAESBEART, 2007) nos jogos de poder, mas que buscam, incessantemente, formas de manutenção de suas visões de mundo.

Não se pode desconsiderar, dessa maneira, a existência de um *poder simbólico* (BOURDIEU, 2002) que permeia essas relações, um poder de construção da realidade, que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhes são sujeitos. E, nesse jogo constante pelo poder, os *sistemas simbólicos* adquirem uma função política enquanto “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam” (BOURDIEU, 2002, p.07). No caso da criação de Parques, o ordenamento territorial que aí se substantiva passa a significar a reprodução das relações de poder objetivas (representadas pela visão do Estado) nas relações “simbólico-identitárias” (inerentes às práticas dos diversos grupos sociais residentes no território do parque), a partir de uma perspectiva de dissociação homem/natureza, que ignora as múltiplas territorialidades existentes <sup>1</sup>.

Nesse sentido, a lógica de proteção do Estado entra em conflito com os modos de vida de grupos sociais presentes dentro e/ou no entorno dos territórios dos parques, acarretando mudanças nas estruturas sociais desses segmentos, fazendo emergir *conflitos territoriais* (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p.23), nos quais “existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”. Como consequência dessa lógica “unifuncional” do Estado, ocorre a desterritorialização de comunidades residentes em territórios transformados em parque, processo que compromete o exercício de suas territorialidades, seu agir social, a base de sua reprodução material e simbólico-identitária, e até seu próprio significado de existência no mundo. Estes

<sup>1</sup> Isso acontece, pois, segundo Lefebvre (1986, p. 411): o uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tomando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

segmentos sociais normalmente reterritorializam-se <sup>2</sup> no entorno da unidade de conservação, o que representa um novo processo de territorialização, sob condições diferentes de seu antigo território, em termos naturais, socioculturais, econômicos e políticos. Além da perda do referencial territorial, os grupos sociais passam a enfrentar inúmeras restrições de uso e manejo do solo e de recursos naturais, uma vez que suas atividades econômicas (extrativismo e agricultura, por exemplo) representam uma ameaça à biodiversidade, segundo a lógica de proteção da natureza do Estado. Ocorre, dessa forma, uma interferência direta nos processos identitários desses grupos sociais, que passam a ter seu direito de autonomia comprometido <sup>3</sup>, tanto em virtude da desterritorialização sofrida quanto pela modificação de costumes e modos de vida, decorrentes da chegada de novas atividades econômicas, como o turismo. Nessa direção, apoiando-se em uma concepção romantizada do turismo como a “indústria sem chaminés” (portanto, causadora de impactos mínimos sobre o meio ambiente natural), o discurso de proteção da natureza projeta novas perspectivas de desenvolvimento para o entorno dos parques, nos quais as populações passam a contribuir decisivamente, seja na recepção e prestação de serviços aos turistas, ou mesmo no incremento da atratividade local, ao passo que suas tradições e manifestações culturais são consideradas pelo mercado como um rico atrativo cultural.

O turismo passa a ser o passaporte para que novas formas de produção e reprodução do capital se concretizem. Inicia-se nesses locais um processo de estruturação, formatação e comercialização de produtos turísticos, que tem especialmente na natureza, sua matéria-prima. Ocorre, assim, um processo de transformação da natureza, das paisagens e até da cultura local, em mercadoria (SANCHO & IRVING, 2010). A lógica do capital imprime nos território novas relações sociais, visões de mundo e formas de produção e reprodução material, que passam a condicionar e reordenar a dinâmica socioespacial local. Ao contrário do que frequentemente é evidenciado pelas políticas públicas de meio ambiente e turismo, bem como diversos estudos sobre o tema, a visitação turística tem contribuído, em muitos casos, para a intensificação dos impactos negativos sobre a biodiversidade, seja no interior ou na área de amortecimento dos parques. Em alguns parques brasileiros, é possível registrar números significativos de visitação turística, com grande impacto sobre a fauna e flora. Um exemplo é o Parque Estadual do Ibitipoca, MG, que recebeu entre 2009 e 2011 uma média de 30 mil visitantes por ano (IEF-MG) situação que, segundo especialistas, pode interferir diretamente na conservação de seus recursos naturais.

Ao mesmo tempo, com o turismo, atividades habituais de cultivo e produção são substituídas por atividades modernas como aluguel de casas para turistas, guiamento, serviços de alimentação e transporte, como visto por Peralta (2008), que identificou o declínio na produção de farinha amarela (base da alimentação ribeirinha na Amazônia) entre as comunidades da Reserva Mimirauá, após se envolverem na atividade de ecoturismo. Muitas vezes, essas populações passam a constituir alvo de iniciativas de capacitação por parte do Estado e de instituições profissionalizantes, além de empresários que ali se instalam. Nessa ordem, é preciso adequar-se e bem receber aqueles que chegam de fora e que possuem hábitos e exigências específicos. Há, portanto, um forte impacto nos processos identitários das populações.

Há que se ressaltar que, em muitos dos casos, o turismo efetivamente significa uma melhoria nas condições de vida dessas populações (sobretudo numa perspectiva econômica) que, em

<sup>2</sup> Haesbaert (2004, 2007) ressalta que é preciso considerar o movimento inerente aos processos de desterritorialização, que estão sempre associados a um processo de (re)territorialização, fato que não significa a manutenção de uma territorialidade primeira, mas um novo processo de territorialização, extremamente complexo e descontinuo.

<sup>3</sup> Com a criação do parque, não se permite um diálogo com os grupos sociais sobre qual a categoria de unidade de conservação seria mais adequada à realidade local, ou mesmo, para se pensar em projetos conservacionistas capazes de garantir a manutenção das formas de uso e apropriação que essas comunidades estabelecem no território.

geral, estabelecem uma luta diária pela sobrevivência e manutenção de suas atividades no campo, face ao distanciamento e precariedade das políticas rurais e sociais do país. Mas, a questão é que com a criação do parque, em grande parte dos casos, não existe o estímulo ao diálogo com os grupos sociais sobre qual a categoria de unidade de conservação mais adequada à realidade local ou mesmo para se pensar em projetos conservacionistas capazes de garantir a manutenção das formas de uso e apropriação que essas populações estabelecem no território. Projeta-se o turismo como alternativa para que essas populações aceitem deixar seus territórios e adquiram melhores condições de vida. Portanto, o direito de escolha e os modos de vida dessas populações deixam de ser considerados nos processos de criação de parques, comprometendo assim seu “direito de autonomia para a decisão sobre seu próprio destino, configurando propostas de modernidades alternativas (ESCOBAR, 2005 apud ZHOURI & LACHEFSKI, 2010, p. 13)”.

Esse cenário se complexifica uma vez que o território constitui, em muitos dos casos, o referencial identitário desses grupos sociais. Haesbaert (2007) assinala nesse sentido que as identidades coletivas representam a base para a conformação de uma identidade territorial, que “se caracteriza como a identidade social que toma como seu referencial central, definidor do grupo, o território (HAESBAERT, 2007, p.44).

Nesses casos, o território representa um elo identitário para o grupo, combinando de maneira indissociável elementos materiais e simbólicos, o que implica em reconhecer que o território “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” (BONNEMAISON & CAMBRÈZY, 1996). A identidade se constitui, nessa direção, numa perspectiva processual e múltipla, em constante re-construção e, por isso, possui um caráter histórico, que considera as inúmeras práticas e significados que moldam os processos identitários de indivíduos ou grupos sociais ao longo do tempo. Além disso, a identidade não se constitui em si mesma, ela é produto e produtora de relações sociais entre diversos atores, “visto que os processos de identificação e, conseqüentemente, as identidades são sempre construídas *na e pela* diferença e não fora dela e nenhuma identidade é auto-suficiente, auto-referenciada em sua positividade” (CRUZ, 2007, p.98). Isso significa que os processos identitários se conformam justamente na relação com o outro, seja numa situação de proximidade e diálogo, seja em situações conflitantes, de disputa.

Nesse sentido, Cruz (2007) destaca que a identidade possui também um caráter posicional e estratégico, que se traduz nas relações de poder, nas disputas pelo reconhecimento da diferença, de uma posição social e afirmação no mundo. Nessa lógica, essas lutas sociais pela afirmação de territorialidades constituem um processo que, inextricavelmente, remete às relações de poder nos territórios, nos movimentos constantes de afirmação identitária a partir de seus próprios modos de vida, em relação aos processos hegemônicos totalizantes. Portanto, as identidades estão na essência das relações de poder e de disputa entre os diferentes atores sociais pela afirmação de suas visões de mundo, o que implica em um processo constante de resistência das identidades hegemônicas, dentro de uma perspectiva contrastiva e relacional, na qual a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu outro, por aquilo “que lhe falta” (HALL, 2004).

Como uma resposta ao re-ordenamento territorial imposto pela criação de parques, muitos grupos sociais, tradicionais e não-tradicionais, tem se organizado no sentido de reivindicar o direito de permanecer em seus territórios e de continuar a desempenhar suas atividades

produtivas, base de sua reprodução material e simbólica, configurando-se assim, *identidades de resistência* (CASTELLS, 1996). Esse movimento de resistência, muitas vezes, recebe apoio direto de organizações não-governamentais e da sociedade civil, a partir de uma perspectiva de atuação em rede, em prol de ações afirmativas das territorialidades desses grupos sociais. Nessa direção, esse empoderamento projeta esses grupos sociais para uma condição de sujeitos políticos no processo de negociação de conflitos, os aproxima da gestão da unidade de conservação e abre espaço para a discussão de propostas capazes de viabilizar a compatibilização dos usos que estabelecem no território com a conservação da biodiversidade, resultando na conformação de *identidades de projeto* (CASTELLS, 1996), ancoradas, contiguamente “nas tradições e na memória de seu passado (...), e em projetos alternativos futuros de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política” (CRUZ, 2007, p.96).

### **Conhecimentos e saberes na modernidade: para se pensar uma nova política de intervenção**

Como abordado, a ação unifuncional do Estado, através da política de criação de parques nacionais, tem gerado conflitos territoriais e transformações identitárias nos contextos comunitários, locais. Diegues (1998), ainda na década de 1990, localiza a questão ao relacioná-la às contradições da modernidade, quando discorre sobre o mito moderno da natureza intocada, ressaltando que a criação dos parques nacionais no século XIX surge em detrimento da extinção de populações tradicionais e da afirmação dos interesses da burguesia urbana industrial frente aos interesses coletivos de comunidades. Desse modo, o que parece ocorrer é a dominação do conhecimento objetivo e funcional, através da ação do Estado, sobre os saberes próprios dos lugares.

Segundo Araújo (2003, p. 21), “os modos de saber emergentes na modernidade não são somente expressões dos novos modos do existir e do devir; constituem, ao mesmo tempo, seu fundamento racional”. Assim, as práticas estariam condicionadas por uma epistemologia fundante do conhecimento moderno. Nesse sentido, Foucault (2000) identifica duas rupturas epistemológicas ao longo dos processos históricos que permitem a compreensão da natureza das mudanças do conhecimento na modernidade. Uma localizada no início do século XVII, quando a semelhança, base constitutiva dos saberes na tradição é substituída pela afirmação de identidades e diferenças à luz da verificação de medidas e da construção de ordens. Nesse caso, o sentido do conhecer deixa de estar associado ao aproximar as coisas entre si e recebe o sentido de discernir por meio da ordem, através da legalidade universal (FOUCAULT, 2000). Gonçalves (2008) corrobora com essa colocação ao investigar as raízes da concepção moderna de separação homem e natureza. Para esse autor, “a busca de algo que comprove que o homem não é natureza se constitui em uma verdadeira obsessão do pensamento herdado do Ocidente” (2008, p.38) e cita tentativas de biólogos, linguistas e antropólogos, como o estudo de Lévi-Strauss, que tenta distinguir o homem da natureza pelo fato dos homens estabelecerem interdições ou proibições para o acasalamento ou pelas relações de parentesco.

Já a segunda ruptura é localizada ao final do século XVIII, quando a episteme cartesiana passa a ser questionada em função da medição presente na história da natureza. Agora, um novo modo de conhecer focaliza o homem como objeto singular do conhecimento, como vida e transformador do ambiente como portador de cultura. Foucault (2000) suscita que até o fim do século XVIII, o sentido humano da vida não existe no pensamento hegemônico, apenas seres vivos pensados sob a ótica universal.

Na episteme moderna que se delinea a partir do século XIX, os princípios ordenadores do saber são divididos entre os estudos da natureza como analogia <sup>4</sup> e os estudos da cultura como sucessão <sup>5</sup>. Considerada a base da construção do conhecimento no século XIX, verifica-se uma possível origem da ação funcional de proteção da natureza, como se apresenta na política de criação de parques nacionais, fundamentada por uma lógica de conhecimento que distinguiu a natureza da cultura.

Por outro lado, o século XIX é marcado por paradoxos frente ao afunilamento dos ideais modernos que se chocam com as lógicas de racionalidade que constituem as bases da regulação e da emancipação no campo político e econômico. No nível da regulação, a ideia do desenvolvimento harmonioso entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade “colapsa e decompõe-se no desenvolvimento sem precedentes do princípio do mercado, na atrofia quase total do princípio da comunidade e no desenvolvimento ambíguo do princípio do Estado sob a pressão contraditória dos dois movimentos anteriores” (SANTOS, 2010, págs. 80- 81). Segundo Santos, o desenvolvimento do mercado é patente no surto da industrialização, na expansão das cidades comerciais e das novas cidades industriais. A comunidade, antes entendida para Rousseau como comunidade concreta de cidadãos reduz-se a dois elementos abstratos: “a sociedade civil, concebida como agregação competitiva de interesses particulares, suporte da esfera pública, e o indivíduo, formalmente livre e igual, suporte da esfera privada” (SANTOS, 2010, p. 81). No caso de algumas comunidades e grupos sociais menos imbricados nessa ordem, como o caso dos agricultores familiares da comunidade de Mogol, ocorre um certo distanciamento e o não-reconhecimento de seus projetos políticos nas arenas decisórias, o que implica comumente em conflitos territoriais e comprometimento dos modos de vida e saberes e fazeres locais.

Em relação ao pilar da emancipação, o autor salienta que esse é ainda mais ambíguo, se considerados os princípios e lógicas de racionalidade que o constituem. Destacam-se aqui “a saudade das origens, da natureza e da cultura popular” (SANTOS, 2010, p. 82) como manifestações da racionalidade estético-expressiva moderna constituída pelo idealismo romântico, que contextualizam o despertar para a natureza como prática de recreação na sociedade urbana. Essas características serão manifestadas, no mesmo período, pelo surgimento do turismo moderno como meio ao alcance da realização plena de tais subjetividades. Na mesma direção, o crescimento da prática do ecoturismo na contemporaneidade apresenta-se, em grande medida, como um reflexo da busca pela experiência estética romântica na natureza, cujo cenário de contemplação, muitas vezes, está associado às unidades de conservação.

Do século XIX em diante, verifica-se com a modernização (2ª fase do capitalismo) e, mais tarde, com o capitalismo desorganizado (3ª fase do capitalismo), a partir da década de 1960, a acentuação, sem precedentes, do princípio do mercado sobre o princípio da comunidade e do Estado, por meio de um processo histórico de concentração/exclusão que atingem os pilares de regulação e emancipação, como mecanismo para se reduzir o déficit do projeto moderno (SANTOS, 2010). Aos poucos, “o Estado, ele próprio, torna-se um agente ativo das transformações ocorridas na comunidade e no mercado e, ao mesmo tempo, transforma-se constantemente para se adaptar a essas transformações” (SANTOS, 2010, p. 84). Essa perspectiva racionalista de atuação do Estado, ancorada na dominação funcional da natureza frente aos saberes e práticas culturais, está muito presente nos processos de sensibilização de comunidades do entorno de unidades de conservação, para as quais é “vendida” a ideia de que os serviços de turismo podem oferecer melhores condições de vida.

<sup>4</sup> “As representações simbólicas passam a ser consideradas como parte do real e elas próprias em permanente mudança” (ARNO WEHLING apud ARAÚJO, 2003, p. 23).

<sup>5</sup> Os fenômenos são descritos “por um mesmo formalismo matemático, ou seja, de modo independente de qualquer subjetividade” (ARAÚJO, 2003, p. 23).

Em muitos casos, como já ressaltado anteriormente, a promessa do turismo poderá provocar o enfraquecimento de saberes locais ao impor uma nova lógica econômica em substituição às práticas tradicionais.

Por outro lado, cada vez mais, são percebidas transformações significativas nas bases institucionais, técnicas e artísticas responsáveis por efeitos diretos sobre os modos de conhecimento e o crescente desmoronar dos pilares do paradigma moderno. “Lyotard não só aponta a crise particular das metanarrativas modernas e de seus corolários, mas destaca criticamente a sua institucionalização como *ethos* universal” (ARAÚJO, 2003, p. 34). O autor propõe em contrapartida a retomada da legitimação do saber, que não significa o caminho da construção de consensos. No sentido inverso, é apresentado o paralogismo, que significa dar transparência as regras de cada jogador, os agentes da situação, sob um campo comum, o que manifesta “a crença na necessidade de certo lastro ético ao convívio social” (*Idem*). Desse modo, Lyotard (*apud* ARAÚJO, 2003) se refere à construção de uma política baseada no desejo de justiça e do desconhecido. Nesses termos, o conhecimento epistemológico dogmático que sustentou a ação centralizadora/excludente do Estado também é questionado. Não se pode aceitar, na contemporaneidade, o abuso do poder funcional sobre saberes comunitários. É a partir do sentimento de injustiça social que comunidades resistentes ao processo de modernização reivindicam novas práticas ao Estado, à academia e ao setor privado, assim como os seus direitos. Nessa direção, verificam-se, na atualidade, movimentos de resistência e reivindicações de comunidades por formas alternativas de gestão ambiental, como é o caso de comunidades pertencentes à Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário)<sup>6</sup>.

No contexto da crise do paradigma moderno, retoma-se, na contemporaneidade, a importância do conceito de lugar, quando associado aos processos de formação de identidades, na contramão da lógica moderna<sup>7</sup>. O lugar, assim, é invocado na atual crise moderna como o espaço da vida, como lócus das relações afetivas das comunidades, não dissociadas de conflitos, capazes de construir relações sociais baseadas nos sentidos de proximidade (BARTHOLO, 2009), semelhança (FOUCAULT, 2000) e do encontro (BUBER, 1977). O lugar se apresenta como o lócus, também, da construção de projetos alternativos pelas comunidades, reiterando o espaço da vida nos processos de negociação com os Outros. Corroboram-se o pensamento de Lyotard (*apud* ARAÚJO, 2003, p. 34) quando o autor afirma que “é exatamente no reconhecimento e na reiteração da alteridade, bases dos encontros criativos e transformadores contemporâneos”, que se verifica a presença de sujeitos sociais ativos em busca da manutenção de seus saberes, modos de vida e de melhores condições de sobrevivência.

É a partir dessa perspectiva teórico-conceitual que o contexto territorial do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca é apresentado e interpretado, considerando as interferências dessa unidade de conservação no território. Trava-se neste campo um processo histórico de reforço de identidades hegemônicas frente aos saberes de comunidades de agricultores familiares tradicionais que, há tempos, buscam melhores condições de sobrevivência, como é o caso da comunidade de Mogol, pertencente ao município de Lima Duarte.

<sup>6</sup> “A Rede Tucum é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócio-ambiental” ([www.tucum.org](http://www.tucum.org)).

<sup>7</sup> O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar, como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida” (CARLOS, 1996, p.29).

## Parque Estadual do Ibitipoca: contexto de criação e caracterização geral de seu entorno

Atualmente, a área do parque ocupa o alto da Serra do Ibitipoca, uma extensão da Serra da Mantiqueira. Com uma área de 1.488 hectares, esta unidade de conservação está no local onde se dividem as bacias do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul. O PEIb está localizado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, nos municípios de Lima Duarte e Santa Rita do Ibitipoca, distante 90 Km de Juiz de Fora e 241 Km de Belo Horizonte. Sua área de influência abrange ainda os municípios de Bias Fortes, Pedro Teixeira, Santana do Garambéu e Ibertioga.

Administrado pelo IEF - Instituto Estadual de Florestas, o Parque Estadual do Ibitipoca é uma das UC's mais visitadas do país e se destaca por sua rica biodiversidade de fauna e flora. Criado oficialmente em 1973 pelo decreto-lei nº6126 em 04 de julho, tem sua portaria de entrada no distrito de Conceição do Ibitipoca que, recentemente, tem recebido investimentos, tanto da iniciativa privada como de ações do poder público estadual, sobretudo, em relação à melhoria de infraestrutura de acesso e uso público e de serviços turísticos. Nesse espaço, são registrados vários conflitos de uso frente às novas lógicas de poder instituídas pela instalação de novos moradores, em geral, empreendedores turísticos forasteiros.

O PEIb se encontra na Serra de Ibitipoca - nome popular da elevação serrana constituída por terras devolutas que posteriormente foram incorporadas ao território do parque. Antes da criação do PEIb, segundo seu plano de manejo, a área era intensivamente utilizada pela população local para caça, coleta, recreação, retirada de madeira e pastagem para o gado, formada com o uso constante de fogo. A falta de controle sobre a área estava relacionada, principalmente, ao fato de não haver um proprietário definido, sendo todo o limite do parque considerado terra devoluta. Somente na década de 1950, com uma denúncia do padre da Vila de Conceição do Ibitipoca a respeito da retirada clandestina de lenha, o Estado voltou seus olhos para a área e interessou-se em regulamentar seu uso. Entretanto, apenas em meados da década de 1960, a Secretaria de Agricultura do Estado – SEAGRI toma posse da área, já com interesse de transformá-la em parque.

Esse contexto de criação do PEIb representa um exemplo claro de sobreposição da visão unifuncional e institucionalizada do Estado sobre os processos de territorialização existentes naquela região, na medida em que a ausência de documentos de posse oficiais – por isso, legalmente reconhecidos pelo Estado – justificou a interdição das populações residentes na área a ser transformada em parque, bem como desconsiderou as formas de uso e apropriação tradicionais do território pelas comunidades. Mesmo considerando-se o impacto negativo de muitas atividades de manejo sobre o meio ambiente, o que chama atenção é a inexistência de estratégias voltadas à inclusão social dos agricultores e à tentativa de se compatibilizar proteção e uso de recursos naturais.

Historicamente, a prática da agropecuária se processou a partir da incorporação da Serra do Ibitipoca como terra de uso comunal. Em decorrência desse processo, a produção de leite é, hoje, uma das principais atividades econômicas existentes na área abrangida pela pesquisa. No entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, a pecuária leiteira está vinculada a formas tradicionais de uso da terra, exemplificadas pela pecuária extensiva, realizada pelos pequenos agricultores familiares, que têm nessa atividade, seu principal sustento. Contudo, essa atividade encontra-se em declínio na região, devido a fatores como as novas exigências do mercado, em termos de qualidade dos produtos. Os agricultores familiares sofrem com a crescente fiscalização quanto à qualidade do leite, a queda

do seu preço e a hegemonia dos grandes laticínios. Aliado a isso, pastos mais pobres, poucas áreas planas para pastagens, ineficiência de assistência técnica, infraestrutura de acesso para escoamento da produção precária e medidas para conter o desmatamento comprometem a produtividade e a comercialização do excedente na região.

Deste modo, apesar da produção de leite ser ainda predominante na região, já não possui rendimento econômico satisfatório. Como consequência, problemas sociais e econômicos emergem em todo o entorno do PEIb. Os produtores familiares, em grande maioria, encontram-se desacreditados e desmotivados com a produção de leite, atividade tradicional local. Soma-se ainda a essa situação a compra, nos últimos anos, de inúmeras propriedades rurais localizadas no entorno do parque pela empresa U&M - Mineração e Construção, ocasionando o fim da produção rural de pequenos agricultores e o empobrecimento de agricultores familiares que resistem ao aumento da especulação e à pressão imobiliária ao redor do parque.

Esse cenário desafiador tem proporcionado o surgimento e concretização do fenômeno da pluriatividade no meio rural, na medida em que os produtores se veem pressionados a estender o seu trabalho para além da produção agrícola com o objetivo de ampliar a renda, com atividades não agrícolas, dentro ou fora do seu estabelecimento familiar. Assim, alguns deles buscam novas alternativas de sustento, se mudando para cidade ou se envolvendo em novas atividades, a exemplo da sivilcultura e, no caso de Conceição do Ibitipoca, o turismo. Essas novas atividades econômicas trazem consigo uma forte pressão sobre as esferas sociais, culturais, econômicas e ambientais da região.

No caso da sivilcultura, há a presença de plantações de eucalipto em quase todos os municípios estudados, resultado da ação de grandes empresas que estão adquirindo extensas áreas, em sua grande maioria de pequenos produtores que, frente às sedutoras ofertas de compra, vendem suas terras e mudam para novas áreas. Os produtores que resistem à venda de suas terras veem sua propriedade como ilha em meio às plantações e acabam obrigados a complementar sua renda através do trabalho no plantio e colheita do eucalipto.

Em relação ao turismo, há um destaque para a vila de Conceição do Ibitipoca, localizada a dois quilômetros da portaria do PEIb. Com o aumento do fluxo turístico, uma variedade de novas ocupações – que na maioria dos casos, são temporárias - passam a fazer parte do cotidiano da comunidade, como as de pensionistas, faxineiras, pedreiros, cozinheiras, guias, condutores entre outros, com impactos significativos nos modos de vida, nos ritmos e nas relações sociais locais.

Como reflexo desse cenário, o êxodo rural tem se acentuado no entorno do PEIb, levando à desagregação das famílias e à redução do vínculo com a terra. O trabalho familiar nessas áreas rurais abastece a casa da morada e alimenta seus membros. De tal modo, o egresso dos jovens e dos demais membros da família, vem causando uma desestruturação nos padrões de vida das pessoas.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que, apesar desse cenário socioeconômico, foi possível perceber peculiaridades em cada uma das comunidades visitadas, que apresentam dinamismo próprio, com conflitos, desafios e formas singulares de se apropriar do espaço rural, expressas através das diferentes práticas culturais, fator que impede um olhar míope e generalizado sobre essa realidade complexa.

Dessa maneira, optou-se, neste trabalho, por se tratar especificamente da comunidade de Mogol, localizada no município de Lima Duarte<sup>8</sup>. Essa comunidade, que abriga em sua maioria produtores familiares, está localizada próxima ao limite do PEIb, sofrendo influências diretas de sua criação e gestão. Mogol caracteriza-se pelo baixo desenvolvimento rural e pela existência de conflitos de uso

<sup>8</sup> A área de estudo foi selecionada com base nos resultados da primeira etapa do macroprojeto "Conhecimentos e saberes locais: inserção social e econômica de produtores de leite de base familiar e quilombolas em ambiente sustentável", sob responsabilidade do Centro de Pesquisa-Ação em Planejamento Turístico da UFMG (CEPLANTUR/UFMG). O trabalho desenvolvido compreende ações de sistematização e proposição de alternativas não-agropecuárias ecologicamente sustentáveis para agricultores familiares residentes no entorno do PEIb.

de terras e, também, por um significativo potencial paisagístico, com inúmeros atrativos naturais, patrimoniais e culturais. Ao mesmo tempo, foi identificada nessa comunidade uma organização social enfraquecida frente ao histórico de atuação, com algumas lideranças comunitárias interessadas em participar do contexto político regional.

### Um olhar sobre a realidade da comunidade de Mogol

A comunidade de Mogol teve origem no século XVIII vinculada à exploração do ouro. A existência da comunidade já era mencionada em 1780, no relatório do Cabo de Esquadra José Delgado Motta, que relatou a presença de posseiros em torno dos ribeirões dessa área. A primeira capela data do início do povoado. Em 1885, Francisco Antônio de Paula fez construir outra capela no lugar da antiga. Em 1917, a igreja ganhou as atuais características, sendo incorporados a ela oito hectares doados por Chico Marculino.

Atualmente, Mogol conta com a capela de Nossa Senhora dos Remédios e com a ermida de Bom Jesus. Em 1940, a capela de Bom Jesus do Pião, que estava localizada no Pico do Peão na Serra do Ibitipoca (atualmente, território do PEIb), foi destruída por um raio. Os moradores de Mogol decidiram então transladar, em procissão, a imagem de Bom Jesus para a comunidade e construir, atrás da capela de Nossa Senhora dos Remédios, a pequena ermida. Durante as entrevistas, os moradores de Mogol relataram que a comunidade tem o costume de realizar, anualmente, uma procissão até o Pico do Peão, local onde se encontram as ruínas da capela. Foi possível perceber através dos relatos que o local possui significativa representatividade simbólico-identitária para a comunidade. As ruínas da capela, signo da religiosidade e da cultura da comunidade, ainda estão presente na paisagem e na memória social dos residentes de Mogol.

Localizado nas proximidades do limite territorial do Parque Estadual do Ibitipoca, Mogol apresenta fortes características rurais, expressas pelos diferentes elementos da ruralidade presentes na paisagem e no modo de vida de seus moradores. A comunidade conta com um núcleo de aproximadamente 18 moradores e 16 casas dispostas no entorno da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e da ermida de Bom Jesus, números que já apontam para a tendência de esvaziamento pela qual a comunidade passa. São casas pequenas e simples, que apresentam um padrão de construção homogêneo, composto por fachada com porta central, uma ou duas janelas e telhado duas águas<sup>9</sup>. No entorno das casas, pequenos quintais, com jardins e terreiros destinados às pequenas plantações e/ou criações, uma estrutura típica de agricultores familiares. Percebe-se um forte significado de vizinhança e de solidariedade, principalmente dos moradores residentes no núcleo do povoado. As famílias são pouco diferenciadas no que se refere às posições sociais. A influência da religião é grande, principalmente nos mais idosos. As atividades religiosas, por meio das missas e festas periódicas, garantem maior intensidade de relações entre os moradores. Destaque para as festas de Nossa Senhora dos Remédios e de Bom Jesus, cuja programação envolve missas, novenas religiosas, apresentações culturais, bandas de música, leilões e prendas. Assim, a comunidade de Mogol tem, principalmente nas suas festas, o espaço de expressão do lugar da vida que se dá nas relações entre as famílias e que reforçam o existir comunitário e a solidariedade entre nomes, grupos e comunidades.

A comunidade não conta com coleta de lixo, o qual é incinerado. Em Mogol não há posto de saúde, os moradores são assistidos, a cada três semanas, por um médico do Programa Saúde da Família e dependem de equipamentos hospitalares localizados na sede do município. Na época

<sup>9</sup> Estilo de telhado cuja característica principal consiste na sua forma de "V" invertido, possuindo assim caimento da água para dois lados diferentes.

dessa pesquisa (realizada em 2010), não havia escola em Mogol, apenas um prédio desativado onde, no passado, atendia crianças até a 3ª série do Ensino Fundamental. Tal situação obriga os alunos a estudarem no município de Lima Duarte, dependendo de transporte público da prefeitura que, em dias de chuva, em decorrência das péssimas condições da estrada, fica impossibilitado de chegar à comunidade. Nos depoimentos de alguns moradores, verificou-se que muitas crianças, em virtude desse contexto, passaram a valorizar hábitos e costumes urbanos em detrimento das tradições rurais, fator que tem acirrado o êxodo rural na comunidade.

Próximo a esse espaço, encontra-se a horta comunitária. Fruto de um trabalho desenvolvido pelo IEF junto aos moradores, os produtos da horta são destinados aqueles que os desejam e que os solicitam. Também no núcleo da comunidade, há o bar de propriedade do Sr. Joaquim, o único comércio existente na comunidade e que se configura como uma forma de lazer e sociabilidade principalmente, para os homens que o frequentam, sobretudo nos finais de semana.

Espalhadas pelos arredores do núcleo da comunidade existem algumas propriedades de agricultores familiares, que combinam produção de leite e pequenas plantações, principalmente de milho e feijão. O leite produzido é transportado e armazenado no tanque de expansão localizado na comunidade dos Lopes. A crise da pecuária leiteira na região e demais problemas vividos pelos produtores rurais ao longo dos últimos anos foram responsáveis pela migração de boa parte dos moradores e pela emergência de problemas sociais no povoado. De modo geral, foi possível reconhecer uma relevância de aspectos histórico-culturais e paisagísticos, representados por pastagens extensivas, currais, girais de leite, pequenas propriedades e plantações de subsistência, máquinas e ferramentas rudimentares, elementos que representam a intensa relação entre a vida e o trabalho dos moradores com a natureza. Um universo característico da produção familiar, com emergência de formas solidárias. Nesse universo, encontra-se uma heterogeneidade e diversidade na forma de inserção social, cultural e ambiental das comunidades visitadas, como também, um sistema sócio-técnico composto por um rico mosaico de práticas e manejos que se configuram como saberes práticos e tradicionais.

Apesar das pressões ambientais relacionadas, sobretudo, à queimada para formação de pastagens e à caça, é preciso considerar a riqueza das formas como os agricultores estruturam suas propriedades. Através de práticas, conhecimentos e estratégias, são desenhados diferentes estilos de produção que caracterizam os saberes locais e criam forte vínculo com o território. Embora os conhecimentos científico e tecnológico se mostrem relevantes, esses não excluem os saberes populares. A produção em base familiar é um sistema sócio-técnico complexo com múltiplas dimensões, cujas necessidades vão além das tecnológicas. Assim, saber local e o conhecimento científico não podem ser considerados como homogêneos e hierarquizados, sendo necessário superar o reducionismo e a dicotomia aplicados aos mesmos.

Cumprе mencionar ainda, a existência da Associação dos Moradores de Mogol, criada com o objetivo de alcançar melhorias e investimentos para a comunidade. Com cerca de doze anos e composta por um conselho formado por doze membros, a associação não desempenha, na opinião de seu presidente, o líder comunitário Joaquim, o papel que deveria. Para o Sr. Joaquim, que através da associação representou a comunidade no Conselho Consultivo do PEIb, o envolvimento e participação dos moradores com a associação tornaram-se deficitários. O presidente afirma que as causas para o mau desempenho da associação estão ligadas ao descaso e à falta de apoio da prefeitura municipal na conquista dos objetivos da associação. Como líder comunitário, o Sr. Joaquim pontuou

que os moradores, apesar de não se envolverem satisfatoriamente com a associação, possuem elos solidários, que se manifestam em momentos de dificuldade e também em questões do dia a dia. O Sr. Joaquim menciona ainda que a associação é registrada e, devido a sua não-operacionalidade, cogita reunir o conselho e extingui-la. Essa é uma situação comum em outras comunidades, que também vivenciam a falta de condições para sustentar um fundo para a Associação, o que gera dificuldades de operação, apesar da necessidade de sua atuação.

Durante a pesquisa, percebeu-se que as manifestações culturais são formas vivas e dinâmicas de expressão das visões de mundo dos moradores de Mogol e dizem respeito à dimensão simbólica do território, da vida do lugar ou do lugar da vida (CARLOS, 1996). Nessa comunidade, apesar de todas as dificuldades, os saberes manifestam-se de várias formas, no artesanato, festas populares, práticas rurais coletivas, o contar de histórias, dentre outros. Em Mogol, houve também a realização de duas edições da “Feira Viva do Mogol”, uma demanda apreendida no diagnóstico participativo desenvolvido na comunidade por Silva (2007), sob encomenda da Embrapa e Emater. Sob coordenação dessas duas instituições, os moradores foram convidados a organizar, apresentar e comercializar o que produziam<sup>10</sup>. Foram expostos vários produtos da terra como feijão e milho, artesanatos e comidas típicas. Os resultados alcançados com a feira foram bastante positivos e demonstraram o orgulho e valor que os moradores tem de sua cultura, de seu lugar.

Dentre esses “saberes tradicionais” existentes na comunidade, vale destacar o processo de fiação do algodão, realizado pela Dona Nela”. Aos 74 anos, ela cultiva em seu quintal o algodão, que é colhido e trabalhado artesanalmente para a fiação de linhas. Um processo artesanal interessante e rico, com várias etapas, transmitido para seus familiares e também para as demais artesãs da comunidade, que tingem os fios de algodão com tintas naturais e tecem, em teares antigos, belíssimas colchas.

Contudo, a permanência da comunidade e de seus saberes, bem como a riqueza das manifestações socioculturais de Mogol vem sendo ameaçada, sobretudo, em virtude da redução das áreas de pastagens em decorrência da criação do PEIB, da crise na pecuária leiteira e da crescente especulação imobiliária. Como abordado anteriormente, grande parte do território da comunidade foi interditado pela criação do PEIB. Como essas terras são devolutas, os moradores não receberam indenização por desapropriação, fato que impediu a compra de novas terras para o cultivo, o que implicou em uma redução significativa das áreas de pastagem, comprometendo a principal fonte de renda dos moradores - a pecuária leiteira. Como consequência, Mogol conta com um número reduzido de habitantes, os jovens estão desacreditados de melhores projeções de vida no lugar e a condição econômica dos moradores é uma das piores do município.

Segundo o relato dos moradores, outro impacto forte vinculado à criação do parque foi o aumento da valorização das terras no seu entorno, o que provocou a evasão de moradores. Grande parte das famílias destituídas de terras para pastagem e de recursos para compra de outras áreas não teve alternativa senão a venda de seus terrenos de moradia, além de glebas adquiridas também por herança familiar. A venda das áreas possibilitaria, na visão dos moradores entrevistados, a tentativa de sobrevivência nos distritos e sede municipais mais próximos, neste caso, Lima Duarte.

A especulação dos imóveis na comunidade se deve, na maioria dos casos, à oferta de altos valores sobre os terrenos pelo proprietário da RPPN Reserva do Ibitipoca, uma unidade de conservação privada que engloba uma extensa área de vegetação preservada no entorno direto do PEIB, com atrativos histórico-culturais e naturais de considerável valor turístico, além de um empreendimento hoteleiro voltado para a classe alta<sup>11</sup>. Como resultado, muitos dos atrativos turísticos do entorno do

<sup>10</sup> A partir da feira e do Diagnóstico Rápido Participativo, foi possível pontuar a existência dos seguintes saberes tradicionais e produtos locais: fiar de linhas, tecer de colchas, bordado, tapeçaria, fabricação de queijos, doces, quitandas e comidas típicas, fabricação de farinha de mandioca, fubá e polvilho, milho, feijão, café, verduras e legumes, ovos, carne de boi, frango e porco e mandioca.

<sup>11</sup> Para exemplificar a característica do complexo, o mesmo conta com pista de pouso e instalação completa de recreação e lazer, além de equipamentos de hospedagem do segmento de turismo rural, que funciona em algumas das antigas sedes de fazenda, em estilo colonial, localizada dentro da propriedade.

PEIB passaram a ter acesso restrito, de maneira que a própria população fica impedida de frequentar lugares até então cotidianos, comuns e tradicionais, além de seus lugares de trabalho. O sentido conferido à terra foi alterado, de espaço potencial para a realização humana - como salientado por um dos moradores: “*isso aqui ob, é um desperdício, compra terra para deixar virar mato*” - para espaço protegido. Trata-se da imposição de uma nova visão de mundo, tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, que juntos fortalecem a lógica moderna que privilegia os valores urbanos (SANTOS, 2010). Além disso, iniciativas no sentido de se pensar propostas de turismo idealizadas e geridas pela comunidade, o que permitiria a geração de benefícios diretos aos moradores, ficam condicionadas à vontade do empresário em permitir o acesso aos atrativos naturais, presentes em suas propriedades.

Além disso, foi verificada também uma forte tendência ao simulacro, criado na potencial comunidade espetáculo, já que os moradores de Mogol ressaltaram que o empresário anteriormente citado manifestou o interesse em adquirir todas as casas da comunidade. Até o ano de 2010, quando as entrevistas foram realizadas, mais de cinco casas do conjunto principal da comunidade já pertenciam, também, aos donos da Reserva do Ibitipoca. Deste modo, boa parte da antiga área usada ou pertencente às famílias do povoado de Mogol integra, hoje, o PEIB e a Reserva do Ibitipoca, o que corrobora com a lógica moderna de sobreposição dos saberes comunitários, apontados por Santos (2010) e Foucault (1992).

Contudo, alguns habitantes estão resistentes frente à atuação do empresário. A existência de laços de identidade com o lugar onde vivem, faz com que recusem as ofertas de compra e, ao mesmo tempo, se mobilizem na tentativa de conscientizar os demais, sobre os problemas decorrentes com a perda da posse de suas terras, fator que caracteriza *identidades de resistência* (CASTELLS, 1996). Ao mesmo tempo, esses moradores enfrentam situações precárias, em virtude da ineficiência de políticas públicas na região, resultando na ausência de diversos serviços básicos. Como pontuado no Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), realizado por Silva (2007), as necessidades prioritárias dos moradores do Mogol são: escola, coleta de lixo, comércio de alimentos e utensílios, melhoria da estrada e sistema de transporte, calçamento, pracinha/área de lazer, turismo, canalização de água, atendimento médico/saúde, rede de esgoto, casa paroquial/ apoio para igreja, curso de culinária, curso de agricultura, curso de turismo, quadra de esportes, melhoria no atendimento de luz elétrica, emprego.

Apesar da proximidade e relação direta das comunidades estudadas com o PEIB, inclusive Mogol, de maneira geral, os moradores dessas regiões ainda permanecem distantes das discussões, ações de planejamento, bem como dos benefícios econômicos e infraestruturais promovidos e/ou decorrentes da criação do Parque. A exceção é o distrito de Conceição do Ibitipoca, localizado a dois quilômetros da entrada do PEIB, que concentra praticamente toda a infraestrutura receptiva de turistas e, que por isso, apresenta níveis bem diferentes de desenvolvimento das demais comunidades do entorno do Parque. Ao mesmo tempo, essa concentração de visitantes tem acarretado em superpopulação durante finais de semana e feriados, inflação e aumento dos custos de vida.

Tal contexto evidencia a complexidade inerente à realidade vivenciada pelos habitantes de Mogol que, segundo o DRP, desejam incorporar os “valores urbanos” às suas práticas, bem como alerta para o fato de que o empreendimento de projetos de qualquer natureza, inclusive na área de turismo, deve, necessariamente, pressupor uma perspectiva integrada, processual e transversal, capaz de enfrentar as inúmeras demandas existentes. Considerando esse cenário, procurou-se refletir sobre o desafio da gestão territorial, com vistas a uma intervenção capaz de congregiar princípios conservacionistas e desenvolvimento socioeconômico local.

## O desafio da gestão territorial no entorno do PEIb

O cenário apresentado ao longo do texto, no que se refere às dificuldades enfrentadas pelas populações do entorno do PEIb e, especificamente, sobre o caso de Mogol, evidencia a importância de se conferir um olhar atento as suas realidades, o que implica refletir sobre o caráter e o direcionamento das ações, tanto do ponto de vista epistemológico quanto operacional, voltadas à minimização da situação de exclusão social, assim como de mecanismos para incremento das atividades econômicas locais.

Iniciativas voltadas à estruturação de atividades agrícolas e não agrícolas no entorno do PEIb e, especificamente na comunidade de Mogol, devem privilegiar a manutenção de práticas capazes de reforçar o lugar de vida dos moradores, de maneira a permitir que novos projetos sejam pensados de forma compartilhada entre os diferentes sujeitos dos saberes. Nessa direção, parece clara a necessidade de se conceber políticas estruturantes e transversais, relacionando políticas sociais, agrícolas, de educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, dentre outros, a partir de uma lógica que supere a simples transferência das materialidades e valores urbanos para o meio rural. O diálogo entre esses setores e entre os sujeitos do processo deve permear as iniciativas de planejamento e gestão do território, superando a visão tecnicista e descolada da realidade tão presente no planejamento estatal.

A realidade dos produtores apreendida nesta pesquisa evidenciou, portanto, a necessidade de uma política rural abrangente, capaz de congrega os saberes relacionados ao fazer agrícola local com mecanismos alternativos voltados ao apoio técnico, tais como, linhas de crédito, insumos, tecnologias alternativas, incentivo às práticas associativistas, estratégias de diversificação da produção e agregação de valor às matérias-primas e estímulo à pluriatividade. A opção por esses caminhos pressupõe exercícios contínuos de reconhecimento de necessidades e meios de superar problemas existentes, ancorados em processos democráticos e dialógicos de decisão, com vistas à superação da situação de crise da sobrevivência rural, criação de alternativas econômicas para o agricultor e consequente redução da dependência financeira em relação à pecuária leiteira, que já apresenta fortes sinais de decadência na região.

É importante enfatizar que as atividades econômicas devem ser concebidas como um complexo processo de intervenção socioespacial, a partir de uma perspectiva territorial e integrada a outros setores, como o social. As ações deverão se direcionar para a melhoria nas condições de vida das populações locais e ampliação da rede de sociabilidade do território do entorno do PEIb, que ainda permanece fechado sobre si mesmo. Nessa direção, o turismo rural, uma possibilidade verificada pelo DRP, pode representar uma opção de atividade não-agrícola, desde que pensado de forma comunitária, numa lógica que privilegia os laços de solidariedade e autogestão. A opção por essa concepção de turismo envolve considerar essa atividade em uma perspectiva de complementaridade às práticas agrícolas, ao mesmo tempo que privilegia a comunidade como protagonista do processo de estruturação e gestão, não exigindo grandes investimentos em melhoria de estruturas e serviços para receber o visitante. Tal concepção de turismo se caracteriza pelo interesse do visitante na busca de uma experiência diferenciada, com maior qualidade e sentido de proximidade com as comunidades locais; pressupõe a valorização das tradições do meio rural, das manifestações culturais e religiosas, da gastronomia e das paisagens rurais, com rebatimentos diretos na melhoria das condições de vida e no fortalecimento dos modos de vida rurais. Como resultado, o agricultor tende a permanecer no campo e dar continuidade à produção de leite e demais atividades rurais, associadas a iniciativas no âmbito do turismo <sup>12</sup>, levando-se, sempre em consideração, o perfil e intenções de cada produtor.

<sup>12</sup> Podendo contemplar serviços de alimentação, venda de artesanatos, doces, ervas e plantas medicinais, visitação a atrativos turísticos, festejos religiosos, rodas de viola, cavalgadas, hospedagem familiar, entre outros.

Cumprir mencionar ainda que o desenvolvimento do turismo no entorno do PEIB apresenta-se não somente como oportunidade de incentivar os modos de vida tradicionais e populares e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, mas também como elemento de conservação da natureza, ao interferir diretamente na redução da pressão sobre o Parque, causada pela visitação turística massificada. Esta perspectiva ressalta a importância do envolvimento da gestão do Parque em iniciativas relacionadas ao seu entorno, sobretudo porque as ações empreendidas na sua proximidade refletem diretamente na conservação da biodiversidade e equilíbrio ecológico de seu território. Nessa discussão, é essencial que a gestão do PEIB assuma uma postura integrada e transversal frente ao contexto regional, de maneira a proporcionar o envolvimento e engajamento dos diversos atores sociais nas ações de desenvolvimento e proteção da natureza.

Assim, apresenta-se a perspectiva do paralogismo como referência epistemológica para se pensar em uma nova intervenção política, tanto em relação a projetos voltados a educação como para ações voltadas à diversificação econômica, a partir da produção rural existente. Nesse sentido, propõe-se a legitimação dos saberes existentes nas comunidades como suporte para edificação de propostas que envolvam o conhecimento científico, de forma que os limites desse conhecimento sejam superados, ou seja, espaços de diálogos abertos sejam criados para se enfrentar os desafios do cotidiano, além de negociações no âmbito local e regional, para que os problemas de ordem econômica sejam minimizados, já que envolvem estruturas e redes globais, neste caso, vinculados ao cenário brasileiro e internacional.

Portanto, almejar melhorias para elevar qualidade de vida da comunidade de Mogol e no entorno do PEIB representa um desafio para planos de desenvolvimento rural, ambiental e de turismo, que devem conjugar conservação ambiental, resgate e valorização cultural, integração de conhecimentos e saberes, bem como o re-ordenamento territorial referente à reintegração das múltiplas formas de uso da terra.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, F. G. B. de. *Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ARAÚJO, F. G. B. & DAVENPORT, L.; RAO, M. A história de proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, John et al. (orgs.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. UFPR / Fundação O Boticário, 2002.
- BARTHOLO, R. *Sentido de proximidade*. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, 2009.
- BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. *Le Lien territorial: entre frontières ET Identités*. Géographies et Cultures (Le Territoire), n.20. Paris: L'Harmattan, 1996
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- BRASIL, 2000.
- BRASIL. Lei 9.985/2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* - SNUC, 2000.
- CARLOS, A. F. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTELLS, M. 1996
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Annablume Editora: São Paulo, 2000.
- COUTO, R. G. *Atlas de conservação da natureza brasileira - unidades federais*. Metalivros: São Paulo, 2004.
- CRUZ, W. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: HAESBAERT, R. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Annablume Editora: São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: EDUSP/NUPAUB, 1994.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes. São Paulo, 2000.
- GONÇALVES, C.W.P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14 Ed. São Paulo: Contexto: 2008.
- HAESBAERT, R. *Território e Multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia, Ano IX, N.17, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo horizonte: UFMG, 2003.
- PERALTA, N. *Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*, AM. UAKARI, v.4, n.1, p. 29-40. Tefé, 2008.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1980.
- SANCHO, A. e IRVING, M. *Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social*. Caderno Virtual de Turismo, Volume 10, n. 3, 2010. ISSN: 1677-6976.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13ª edição. São Paulo. Cortez, 2000.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- ZHOURI, A & LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010.